



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 32/XI/1.ª

Aos cinco dias do mês de Maio de dois mil e dez, pelas dez horas e dez minutos, reuniu, na Sala 2 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação das actas n.ºs 27 a 31 (reuniões de 7 a 27 de Abril de 2010);**
4. **Apreciação e votação do parecer sobre a iniciativa europeia COM (2010)93 - Proposta alterada de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho que cria uma Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no domínio da liberdade, da segurança e da justiça**
Relator - Deputado António Gameiro (PS);
5. **Apreciação e votação do parecer acerca do Relatório do Governo sobre a participação de Portugal na UE em 2009**
Relatora - Deputada Catarina Marcelino (PS);
6. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audições sobre a Lei de Execução de Penas;**
7. **Apreciação e votação do parecer sobre a iniciativa europeia COM(2010)94 - Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil e que revoga a Decisão-Quadro 2004/68/JAI**
Relator - Deputado Fernando Negrão (PSD);
8. **Apreciação e votação do parecer sectorial sobre a Conta Geral do Estado 2008**
Relator - Deputado António Gameiro (PS);
9. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição do Ministro da Justiça sobre a aplicação do regulamento das Custas Processuais;**
10. **Outros assuntos.**

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Osvaldo de Castro (PS), foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas e designados relatores:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

- Projecto de Lei n.º 214/X/1ª (PS) – “Alteração ao Estatuto do Provedor de Justiça (Terceira alteração à Lei n.º 9/91, de 9 de Abril, alterada pela Lei n.º 30/96, de 14 de Agosto e pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro)” – Relator: Senhor Deputado António Filipe (PCP);
- Projecto de Lei n.º 225/X/1ª (PSD) – “Primeira alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, que adopta medidas de protecção das uniões de facto” – Relator: Senhor Deputado Filipe Lobo d’Ávila (CDS-PP);
- Projecto de Lei n.º 236/X/1ª (BE) – “Primeira alteração à Lei n.º 46/2005, de 29 de Agosto, que estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das Autarquias Locais” – Relator: Senhor Deputado Luís Montenegro (PSD);

Em seguida, depois de ter sido requerida, pelos proponentes, a apreciação em Plenário dos Projectos de Resolução n.ºs 116, 118, 119, 120, 121 e 122/XI/1.ª, todos do CDS-PP, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

- COM(2010)171 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Realização de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça para os cidadãos europeus: Plano de Acção de aplicação do Programa de Estocolmo” – Relatora: Senhora Deputada Isabel Oneto (PS);
- COM(2010)170 - Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social Europeu sobre a aplicação da Directiva 2004/80/CE do Conselho relativa à indemnização das vítimas da criminalidade (esta iniciativa tem ainda relacionado o SEC(2009)495 - *Commission staff working document accompanying document to the report from the Commission to the Council, the European Parliament and the European Economic and Social Committee on the application of Council Directive 2004/80/EC relating to compensation to crime victims* – Relator: Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD).

Foram aprovadas por unanimidade, sem a presença do CDS-PP e do PEV, as actas n.ºs 27 a 31 (reuniões de 7 a 27 de Abril de 2010).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Seguidamente, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) apresentou, em nome do Senhor Deputado António Gameiro (PS), o parecer relativo à iniciativa europeia COM(2010)93 - Proposta alterada de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho que cria uma Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no domínio da liberdade, da segurança e da justiça.

Em relação ao parecer, o Senhor Deputado António Filipe (PCP), lembrando que a Assembleia da República produz um número elevado de pareceres sobre iniciativas europeias mas chamando a atenção para o facto de estes serem acríticos, realçou que as opiniões neles expressas não podem ser pessoais.

Como tal, considerando que a conclusão de que a iniciativa em causa não viola os princípios da subsidiariedade e proporcionalidade é, no mínimo, discutível. Esta matéria, pressupondo a criação de bases de dados pela polícia, é muito sensível, deve ser tratada com grande cautela no plano interno e, como tal, não é pacífica nem isenta. O PCP, aceitando que unilateralmente não é possível executar os objectivos definidos, não pode concordar que a exequibilidade da iniciativa apenas possa passar pela criação de uma agência europeia para gerir os dados constantes da base. Como tal, concluiu, o PCP não poderá votar favoravelmente o parecer.

Sobre o mesmo tema, a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) concordou com o que tinha sido dito pelo Senhor Deputado António Filipe, salientando ainda que gostaria de ver um debate mais aprofundado sobre esta matéria antes de a ver concretizada. Considerando que a Assembleia da República não pode, de ânimo leve, dar um aval a uma decisão deste tipo, afirmou que o seu Grupo Parlamentar votará contra o parecer.

Finalmente, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) considerou que o respeito pela subsidiariedade resulta da própria natureza da agência a criar que, tendo de ser uma entidade supranacional, não deixará de ser a forma mais próxima dos ordenamentos nacionais.

Submetido à votação, o parecer foi aprovado, com votos a favor do PS, PSD e CDS-PP e votos contra do BE, do PCP e do PEV.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Seguidamente, ainda em nome do Senhor Deputado António Gameiro (PS), o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) fez uma breve apresentação do parecer sectorial sobre a Conta Geral do Estado 2008.

Sobre este documento, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), felicitando o Relator, não deixou de estranhar, por um lado, as extensas considerações expendidas sobre a Conta Geral do Estado em matérias não conexas com esta Comissão e, por outro, o facto de a igualdade, matéria que se insere nas competências desta Comissão, não constar do parecer.

O Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) afirmou concordar inteiramente com o Senhor Deputado Hugo Velosa, considerando que a igualdade deveria constar do parecer em apreço.

A Senhora Deputada Maria Manuela Augusto (PS) afirmou que a igualdade é uma questão transversal a todas as áreas e, como tal, difícil de especificar num só parecer. Por outro lado, em 2008, ano a que se refere o parecer, esta matéria não tinha ainda a autonomia que passou a ter em 2009, com a criação de uma secretaria de Estado apenas para este sector.

A propósito desta intervenção, a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) considerou que a opinião de que a igualdade é uma área transversal e, portanto, difícil de especificar poderá levar ao seu desaparecimento como tema autónomo. Sugeriu ainda que se introduzisse um parágrafo, dizendo que as verbas dedicadas a esta área são transversais e que, por isso, não foram escarpelizadas no relatório.

No final do debate, introduzida pelo Relator a referência sugerida pela Senhora Deputada Helena Pinto (BE), o parecer foi aprovado, com votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e PEV e as abstenções do BE e do PEV.

Seguidamente, após uma breve apresentação pelo Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV, o parecer sobre a iniciativa europeia COM(2010)94 - Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil e que revoga a Decisão-Quadro 2004/68/JAI.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Passando ao ponto seguinte, a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) fez uma breve apresentação do parecer sobre o Relatório do Governo sobre a participação de Portugal na UE em 2009.

Sobre este assunto, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), felicitando a relatora pelo documento exaustivo e crítico que produziu, não deixou de referir que Portugal é um dos países da União Europeia que regista maior atraso na transposição de Directivas dentro do prazo.

A este propósito, a Senhora Deputada Helena Pinto (BE), felicitando a relatora pelo trabalho feito, lembrou apenas que a apreciação do documento não pode deixar de ter uma conotação política.

Após o debate, o parecer foi aprovado, com votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e PEV e abstenções do BE e do PCP.

Finalmente, no último ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) apresentou o requerimento do seu Grupo Parlamentar, no sentido de solicitar a audição na Comissão do Senhor Ministro da Justiça, a propósito da aplicação do regulamento das Custas Processuais.

A este propósito, intervieram os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), António Filipe (PCP), Helena Pinto (BE), Teresa Morais (PSD) e Filipe Neto Brandão (PS), que, concordando com a importância da questão, manifestaram disponibilidade para que a audição requerida, a ser aprovada, se realizasse em reunião próxima (possivelmente, a 19 de Maio), originalmente agendada para promover audição do Senhor Ministro ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR.

No final do debate, o requerimento foi aprovado, com votos a favor do PSD, CDS-PP, BE, PCP e PEV e a abstenção do PS.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Finalmente, o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) apresentou o requerimento do seu Grupo Parlamentar, no sentido de requerer a audição de várias entidades para os interpelar sobre quais serão, na sua opinião, as consequências, as incoerências e os perigos do novo regime de execução de penas e medidas de segurança e quais as benfeitorias que lhe poderão ser introduzidas.

A este propósito, para além do Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), que questionou a exequibilidade metodológica das audições, tendo em conta a discussão e votação de iniciativas relacionadas com este tema, em Plenário, no próximo dia 27 de Maio, interveio o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), que, manifestando a concordância do seu Grupo Parlamentar com a realização das audições, propôs que estas se realizassem antes do debate em Plenário do tema.

A Senhora Deputada Helena Pinto (BE) considerou que o requerimento colocava questões complicadas do ponto de vista metodológico, porquanto, a ser aprovado o relatório, a Comissão criaria o precedente de estar a realizar audições mesmo antes da votação em Plenário das iniciativas. Como tal, o seu Grupo Parlamentar votará contra o requerimento. Contudo, após a votação em Plenário, e a serem aprovadas as iniciativas relativas ao Código de Execução das Penas, pensa que a Comissão deverá promover as audições necessárias.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP), pelos motivos já aduzidos, propôs que o Grupo Parlamentar do CDS-PP sustivesse o requerimento até à discussão na especialidade das iniciativas, manifestando a disponibilidade do seu Grupo Parlamentar para o votar favoravelmente, mas apenas nessa altura.

No mesmo sentido interveio o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), a quem sucedeu, no uso da palavra, o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP), que afirmou ter registado e acolhido as sugestões feitas pelo Grupo Parlamentar do PSD. Salientou ainda que as audições propostas não serão prévias à especialidade nem posteriores à mesma, visto que são independentes do processo legislativo em curso e apenas motivadas pelo clamor público que resultou da entrada em vigor do Código de Execução das Penas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

No final do debate, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PS, do BE, do PCP e do PEV e a favor do PSD e do CDS-PP.

Nada mais haver a tratar, foi a reunião encerrada às onze horas e quarenta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 02-06-2010



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Carlos Peixoto
Celeste Correia
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Helena Pinto
Hugo Velosa
José Luís Ferreira
Luís Montenegro
Luís Pita Ameixa
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Nuno Magalhães
Osvaldo de Castro
Teresa Morais
Catarina Marcelino
Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Oneto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Bacelar Gouveia
Miguel Vale Almeida
Ricardo Rodrigues